

## HISTÓRIA DO BRASIL PARA CRIANÇAS: O LIVRO ESCOLAR NOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA E A INICIATIVA DE JOAQUIM MARIA DE LACERDA

*History of the Brazil for children: the schoolbook on the first years from republic and the initiative of Joaquim Maria de Lacerda*

Itamar Freitas de Oliveira\*

### RESUMO

Este artigo trata da experiência de Joaquim Maria de Lacerda (1838/1886) como produtor de livros didáticos para crianças no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do Brasil republicano. Aqui, analisamos a *Pequena história do Brasil* — publicada em 1880 e reeditada em 1918 — sob os aspectos tipicamente historiográficos, pedagógicos, lingüísticos e gráficos. A idéia é colher informações sobre o sentido de conceitos e métodos da história e da pedagogia e o estágio das técnicas de impressão e das formas de tratamento de determinados acontecimentos do passado nacional que guiavam a produção de manuais escolares para o ensino de história. O livro de Lacerda encontra-se, justamente, no tempo anterior às primeiras políticas de controle da produção e circulação do livro didático instituídas pelo governo federal (INL – 1929/CNLD-1938). É, portanto, fonte significativa sobre a pluralidade de propostas de ensino de história em vigor na passagem do século XIX para o século XX.

**Palavras-chave:** Livro Didático. Ensino de História. José Maria de Lacerda. Historiografia. Pedagogia. Escola Primária.

### ABSTRACT

This article deals with the experience of Joaquim Maria de Lacerda (1838/1886) as producing of didactic books for children in Rio de Janeiro in the first decades of republican Brazil. Here, we analyze the *Pequena história do Brasil* — published in 1880 and reedited in 1918 — under the typically historiography's, pedagogical, linguistic and graphs aspects. The idea is spoon information on the direction of concepts and methods of history and the pedagogy and the period of training of the techniques of impression and the norms of treatment of determined events of the national past that guided the pertaining to school manual production for the history education. The book of Lacerda meets, exactly, in the previous time to the first politics of control of the production and circulation of the didactic book instituted by federal government (INL – 1929/CNLD-1938). It is therefore, significant source on the plurality of proposals of education of history in use for the change of century XIX for century XX.

**Keywords:** Didactic Book. History Education. Jose Maria de Lacerda. Historiography. Pedagogy. Primary School.

---

\* Universidade Federal de Sergipe. Contatos: itamarfreitas@bol.com.br

Por volta de 1896, o historiador Manoel Curvello de Mendonça (1870/1914) publicou um depoimento significativo sobre o valor da educação e, especificamente, dos estudos históricos para a consolidação da idéia de República. Em *Sergipe republicano e histórico* (1896), Manoel asseverou que o “ensino de história adquiriu largo desenvolvimento” na cidade de Laranjeiras – SE e fez “nascer na alma pura e inteligente dos moços alunos o sentimento ardente das aspirações democráticas.” Trago aqui a fala de Mendonça para ressaltar que, também no final do século XIX, os estudos de história poderiam proporcionar o “esclarecimento” e estimular a “mudança”. Não eram apenas conhecimentos sobre grandes homens, fatos destacados, comprometidos com o estabelecimento da nação. Assim, por estimular a crítica do tempo presente, a história deveria figurar nos currículos das escolas que educavam os “moços alunos” e os “homenúnculos” da sua época

Mas, como “fazer nascer na alma pura e inteligente dos moços alunos o sentimento ardente das aspirações democráticas?” Que tipo de ensino de história cumpriria esse desejo? Manoel Curvello não revela. Sabe-se apenas que o professor do seu tempo possuía duas grandes ferramentas: a própria voz e o livro escolar. A voz daqueles professores do final do século XIX e do início do século XX — em Sergipe, onde nasceu Curvello de Mendonça, ou no Rio de Janeiro, onde fez carreira intelectual —, perdeu-se irremediavelmente. Mas, os “livrinhos” de história do Brasil não. Eles estão depositados em bibliotecas, arquivos e sebos à espera dos seus decifreadores.

Neste artigo, descrevo apenas uma das iniciativas de didatização do saber de Clio para crianças, que circulavam no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do regime republicano<sup>1</sup>: a *Pequena história do Brasil*, de Joaquim Maria de Lacerda (1838/1886),<sup>2</sup> publicada em 1880 e aumentada em 1918 por Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro.<sup>3</sup> O objetivo é estudar o livro escolar em seus componentes estruturantes: os aspectos tipicamente historiográficos, pedagógicos, lingüísticos e os seus modos de impressão.<sup>4</sup> A idéia é colher

<sup>1</sup> Uma produção ainda não inventariada circulava na capital do Brasil, no período em questão. Ricardo Oriá Fernandes (2007), em trabalho recente, relaciona os títulos de Rocha Pombo, Afrânio Peixoto e, sobretudo, de Viriato Correia, que “escreveu neste gênero mais de uma dezena de títulos, entre os quais se destacam *Terra de Santa Cruz* (1921), *Histórias da nossa história: crônicas e contos históricos* (1921), *Brasil dos meus avós* (1927), *Bau velho: roupas antigas da história brasileira* (1927) e *Alcovas da História* (cantinhos, esceninhos e recesso da vida histórica do Brasil) (1934). Seu destaque maior se deu na produção literária de cunho infantil, ao criar a figura do vovô que conta histórias às crianças na sua chácara embaixo de árvores. As ‘lições de história do vovô’ estão presentes em livros como *História do Brasil para crianças* (1934) e *Curiosidades da história brasileira* (para crianças) (1952)”. (FERNANDES, 2007, p. 3).

<sup>2</sup> Para Circe Bittencourt, Joaquim Maria de Lacerda era “um autor religioso” que na década de 1880 havia escrito várias obras para o ensino elementar. A pesquisadora afirma ainda que “o falecimento do autor não diminuiu a venda de suas obras, conforme atestam os catálogos que indicam as ‘atualizações’ realizadas por outro autor em seus textos originais”. (BITTENCOURT, 2005). A Biblioteca Nacional ainda guarda a 11ª edição da *Pequena história do Brasil* (1899) e também a *Pequena geographia da infância: composta para uso nas escolas primárias*, 9ª edição, revista e melhorada (1898), e o *Curso methodico de geographia phisica, política, histórica, commercial e astronômica: composto para uso das escolas brasileiras*, 9ª edição, melhorada (19—?), todos editados pela H. Garnier.

<sup>3</sup> Nada encontrei até o fechamento deste artigo sobre Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro. Foi imortalizado como nome de rua no Rio de Janeiro (Professor Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro). Um certo Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro Júnior publicou *Tipos, quadros e sonetos*, no Rio de Janeiro em 1886. Não sei se é o mesmo professor Leopoldo. (Cf. <www.machadodeassis.org.br/obra>).

<sup>4</sup> A opção por uma abordagem mais ampla da obra, incluindo questões historiográficas, pedagógicas e gráficas está relacionada à própria definição de livro didático adotada neste artigo e anunciada adiante — um artefato de papel e tinta, veiculador de idéias, imagens e sensações (Cf. MUNAKATA, 1997), onde intervêm vários ofícios e interesses. Interrogar o manual em seus múltiplos aspectos (material, textual, iconográfico) é uma estratégia de ampliar as possibili-

informações sobre o sentido de conceitos e métodos da história e da pedagogia, o estágio das técnicas de impressão e das formas de tratamento de determinados acontecimentos, como bem sugere Alain Choppin [s.d.], num tempo em que o ser “criança” ainda não se havia tornado objeto relevante para a psicologia no Brasil.

### Um artefato de papel e tinta

#### O livro didático

*“[...] não são meramente idéias, sentimentos, imagens, sensações, significações que o texto possa representar. Nem tampouco é o texto em abstrato. Pois esse texto, de que as pessoas normalmente vêem apenas idéias, sentimentos, imagens, etc. é constituído de letras (confeccionadas com tinta sobre papel) segundo uma família de tipo (ou face de tipo ou fonte), que lhes dá homogeneidade.”*  
(MUNAKATA, 1997, p. 84).

Corroborando, então, com a definição do professor Munakata, enfrentemos o primeiro problema: quais seriam as características materiais da *Pequena história do Brasil* do Dr. Joaquim Lacerda?

O livro foi lançado em 1880, mas, na segunda edição (1918), já usufruía dos benefícios introduzidos pela composição em “linotipo” (1885).<sup>5</sup> A estrutura da obra contempla o que entendemos hoje como elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Compunha-se de capa, falsa folha de rosto, folha de rosto, prefácio, prólogo; texto principal e tábua cronológica; índice geral (correspondente aos atuais sumários) e índice alfabético dos brasileiros ilustres. A obra também não havia referências bibliográficas.

Os textos principais — nosso alvo privilegiado — eram compostos pelo tipo romano, da família serifada, em estilo normal e tipo n. 13, com uso parcimonioso da variedade de tamanhos. No quadro n.1 observa-se o equilíbrio no emprego desses tipos: acima, no cabeçalho, o título do livro e o número da página são quase imperceptíveis. Eles não devem chamar a atenção, mas, apenas, registrar a origem da lição. Em seguida, o título do capítulo deve ser em caixa alta, tamanho 11, e o subtítulo em linha separada em tamanho 16. O próximo título refere-se ao primeiro tópico do capítulo, esse é um caso raro do uso de tipo não serifado. Por fim, o conteúdo da lição propriamente dito, ou seja, o texto principal — que deverá expressar as “idéias, sentimentos e imagens”, destinadas

---

dades de observação da “tensão” fundamental que há entre a vontade de controle e monopólio — disciplina — e a vontade de conquista cultural — invenção, entre os protocolos de leitura do autor-historiador, do editor-educador e do leitor-aluno/professor. (Cf. CHARTIER, 2000, p. 163 e 219). É também uma oportunidade de ampliar as possibilidades de construção de sentido sobre a fonte, respeitando às peculiaridades do seu tempo (REIS, 1999). O texto pode ser descritivo em excesso, pois, trata-se de uma incursão no mundo dos manuais de história para crianças no início da República — uma entre as cinco programadas, examinando os escritos de João Ribeiro, Rafael Galante, Sílvio Romero e Jonathas Serrano. Mas, penso que é uma amostra significativa das várias possibilidades abertas pelo tratamento multidisciplinar dos livros didáticos no esforço de responder como e por que se ensinava história do Brasil para as crianças no início do regime republicano.

<sup>5</sup> Processo de composição em que as linhas de texto “são fundidas à medida que vão sendo digitadas num teclado.” Diferente dos “tipos móveis, em que cada palavra, cada frase, cada parágrafo e cada página são montados letra por letra, manualmente.” (MUNAKATA, 1997: 82; Cf. SMITH JÚNIOR, 1990: 95-96).

às faculdades da “infância brasileira”. Aqui há variação de estilo: o itálico e o normal. O itálico é indicador de interrogação e, ao mesmo tempo, representa a figura do professor. Para o aluno (além de representar o professor), o itálico pode reproduzir a imagem do mestre interrogando-o, nos dias de leitura, nas aulas, ou nos momentos de avaliação nas sabatinas. Já, o tipo normal, registra a resposta correta, a sentença que deve ser memorizada pelo aluno e o texto que é de sua responsabilidade ler, reler e conservar de cor. Observa-se também o tamanho dos tipos do texto principal (n. 13), que são relativamente grandes para a ocupação da “mancha” — oito palavras em média para cada linha de texto.

Quanto as ilustrações são todas em preto e branco e do tipo “linear”, ou seja, não há ícones que apresentem gradações entre o preto e o branco, passando por várias tonalidades de cinza — como são comuns nas reproduções fotográficas. Isso pode-se considerar uma limitação técnica para baratear o produto, com isso, vigora então, o desenho tracejado. A disposição das ilustrações, porém, cumpre função bastante conhecida em nosso tempo. Elas quebram a monotonia da página ocupada pelo texto escrito e servem de descanso visual — função estética; atraem a atenção e estimulam a imaginação do pequeno leitor — função motivadora, e reforçam a mensagem verbal — função facilitadora redundante (Cf. Guerra, 1998). E mais, elas estão integradas ao texto, mantendo relação direta com o assunto abordado no parágrafo ao lado ou acima. A iconografia já traz título e respectiva informação sobre a custódia e a autoria.

Mas, se as fontes estão relacionadas ao texto, elas devem dizer algo bastante significativo. Sobre o que a iconografia do livro de Lacerda está tratando? A maior parte das ilustrações (71,2%) são do tipo meio busto de homens destacados, a exemplo de Pedro Álvares Cabral, Diogo Antônio de Feijó, e Duque de Caxias. As demais representações iconográficas referem-se às cenas históricas (9,1%) — a matança do primeiro bispo do Brasil, o grito do Ipiranga, a viagem dos colonos para as minas; fontes históricas (7,6%) — artefatos dos indígenas, padrão português, embarcação do século XVI; visões panorâmicas de recantos do Brasil (7,6%) — uma paisagem da Paraíba, a península de Itapagibe em 1549, o alcaçer da Boa Vista em Pernambuco; e por fim, os mapas e plantas (“mapa mundi”, plantas das cidades do Recife e da Bahia), que ocupam apenas 4,5% do total de 65 ilustrações. A distribuição das ilustrações também está longe de ser homogênea. Para o tempo inicial da colônia, introduzem-se os mapas, visões panorâmicas estáticas e as cenas da “Transmigração para as minas”. Da segunda metade do século XVIII em diante, inicia-se o desfile dos homens ilustres, Antônio Vieira, Gomes Freire de Andrade, D. João VI entre outros.

O aspecto geral do livro é de sobriedade. Não há vinhetas ou quaisquer tipos de adornos. Os “fios” são utilizados apenas como sub-divisores de assuntos. Com a ausência de cores, e para não perder em profundidade e legibilidade, as ilustrações que não retratam os homens em meio bustos são limitadas por “cercaduras” (ou quadros). Há problemas até com a disposição das imagens que excedem a largura da mancha. Nota-se a limitação da técnica nesse sentido: o leitor tem que girar o livro para examinar as cenas da “descoberta do Brasil” e da “Independência ou morte” — reproduções dos quadros de Aurélio de Figueiredo e de Pedro Américo, respectivamente (Cf. LACERDA, 1918: 12 e

94). A capa não é ilustrada, e no fundo emprega-se o tom pastel. Em suma, o resultado final desses processos de composição e impressão é um livro que segue um certo padrão para os didáticos: formato 12 x 18 cm; papel *couché*, e gramatura semelhante aos demais impressos de grande formato (15 x 23 cm), destinados ao público adulto, que circularão na década posterior. Veja agora que tipo de escrita histórica foi produzida para esse didático de história do Brasil.

### A escrita da história

Segundo Munakata (1997) o livro didático “não são meramente idéias, sentimentos, imagens, sensações, significações que o texto possa apresentar”. Ocorre que o texto linear escrito é também componente estruturante do objeto livro. Na *Pequena história do Brasil* Lacerda apresenta um diálogo extraído de uma narrativa linear diacrônica que demonstra o processo de didatização da narrativa histórica. Em primeiro lugar nota-se o suposto texto original da lição sobre o “descobrimento do Brasil”, e ao seu lado a transformação da narrativa em modo questionário.

Quadro 1. Transformação do texto linear em modo questionário

<b>Descobrimento do Brazil</b>	<b>DESCOBRIMENTO DO BRAZIL</b>
O Brazil foi descoberto pelo almirante português Pedro Álvares Cabral	P. <i>Por quem foi descoberto o Brazil?</i>
[Tal descoberta] teve lugar a 22 de Abril de 1500, reinando em Portugal el-rei D. Manuel	R. O Brazil, foi descoberto pelo almirante portuguez Pedro Álvares Cabral.
O descobrimento do Brazil foi um effeito do acaso. Navegava Cabral para a Índia, quando, para evitar as calmarias da costa da África, afastou-se tanto d’ella, que veio a avistar do lado do Occidente uma terra desconhecida. (LACERDA, 1919: 11).	P. <i>Quando teve lugar este descobrimento ?</i>
	R. Teve lugar a 22 de Abril de 1500, reinando em Portugal el-rei D. Manuel.
	P. <i>O que deu occasião a este notável acontecimento?</i>
	R. O descobrimento do Brazil foi um effeito do acaso. Navegava Cabral para a índia, quando, para evitar as calmarias da costa d’Africa, afastou-se tanto d’ella, que veio a avistar do lado do Occidente uma terra desconhecida. (LACERDA, 1919: 11).

E quanto às “significações que o texto possa apresentar”, que sugere o livro de Lacerda? Obviamente a *Pequena história do Brasil* homogeneiza a experiência indígena (selvagens), não oferece uma linha sobre a vida dos escravos, encara a história pátria a partir da “descoberta”, ainda fruto de um “acaso”, apresenta o personagem Domingos Fernandes Calabar como o “homem de cor”, “pérfido” e “desertor”, não comenta os feitos administrativos de Pombal, enaltece o trabalho dos jesuítas, anuncia a “Conspiração do Tiradentes” como o fato mais importante do “governo de Luiz de Vasconcelos” e comemora a destruição de Canudos, “onde um fanático conhecido por Antonio Conselheiro, conse-

guindo fanatizar grande número de sertanejos (jagunços), formou uma povoação, que afinal se tornou perigosa à ordem pública.” (LACERDA, 1918, p. 137).

Depois desses comentários, é importante que não sucumbamos à tentação de condenar a “obrinha” do Dr. Joaquim com base nos avanços da pesquisa histórica universitária contemporânea ou à luz de uma visão classista da sociedade brasileira. Lembremos que o livro foi escrito em 1880 e a edição comentada registra a data de 1918. Além disso, a considerar-se como confiáveis os dados do prefácio da segunda edição, levemos em conta que aproximadamente dez mil pessoas, entre alunos, pais e professores manusearam a primeira edição, e esse número fornece alguma legitimidade às “significações que o texto possa apresentar”. Dizendo de outro modo, é provável que a grande maioria dos adultos concordassem com as teses ali expostas e as fizessem transmitir às próximas gerações.

Outro aspecto relevante para o conhecimento da escrita da história do didata Joaquim Lacerda é a forma de recortar o tempo da experiência brasileira. A rigor, não obedece a nenhuma das clássicas periodizações a disposição no mercado até 1880. Cunha Matos (1839) propôs três épocas, Abreu e Lima (1843), oito; Henrique Bellegarde (1831), seis; e Justiniano José da Rocha (1855), cinco. Lacerda<sup>6</sup> divide a história do Brasil em sete períodos (1500-1580; 1580-1640; 1640-1808; 1808-1822; 1822-1831; 1831-1899; 1889-1906), não coincidentes com as propostas citadas, mas mantém os critérios dominantes até então: as ocorrências político-administrativas. É possível, um exame das subdivisões de cada período indicar a sua opção. Além disso, é provável que as suas escolhas tenham se pautado pelo programa dominante do velho Pedro II, entre as reformas de Benjamim Constant (1890) e de Carlos Maximiliano (1915). Vejamos (Quadro 2 ao lado):

Por fim, é preciso contar um pouco da história desse objeto, *stricto sensu*, dessa história para crianças: que atores, motores, e fatos são eleitos para “a execução dos trabalhos escolásticos”? Para Joaquim Lacerda, não existem meios-termos — as perguntas e as respostas indicam coerentemente o objeto à periodização e à listagem dos pontos apresentados no quadro anterior. As personagens são, por exemplo, para o primeiro período, Cabral, Caramuru, Martim Afonso de Souza, Francisco Pereira Coutinho, Anchieta, Willegagnon, D. Luiz de Vasconcelos e os coletivos Tamoios e Franceses. A tábua cronológica, por sua vez, insere ao final do capítulo, indica a espinha dorsal da administração a ser retida na memória do aluno: os reis de Portugal atuantes naquele período — D. Manuel, D. João II, D. Sebastião, o cardeal D. Henrique —, e os governadores gerais do Brasil — Tomé de Souza, Duarte da costa, Mem de Sá, Luiz de Brito e Lourenço da Veiga.

Quanto aos fatos, aos “principais acontecimentos”, Lacerda destaca: 1. fundações e construções de cidades e fortes; 2. posses, criações, restaurações de governos e estabelecimento de limites territoriais; 3. batalhas, tomadas, retomadas, conquistas, expedições, der-

<sup>6</sup> Na verdade, não é o Lacerda quem divide a história do Brasil em sete partes, posto que o mesmo faleceu em 1886. É provável que Olavo Bilac tenha feito a periodização, ampliando o sexto e acrescentando o sétimo segmento em 1905. (Cf. BATISTA; GALVÃO; KLINKE, [s.d], p.11).

Quadro 2. Listagem dos pontos abordados em cada capítulo/periódico na *Pequena história do Brasil* de Joaquim Maria de Lacerda

Período I	Período II	Período III	Período IV	Período V	Período VI	Período VII
<p>1. Descobrimento do Brasil</p> <p>2. Povos indígenas do Brasil</p> <p>3. Primeiras explorações da costa do Brasil</p> <p>4. Aventuras de Diogo Álvares e de Ramalho</p> <p>5. Divisão do Brasil em capitânicas (1534)</p> <p>6. História da fundação das capitânicas</p> <p>7. Serviços prestados pelos Jesuítas</p> <p>8. Segundo governador geral do Brasil (1553-1558)</p> <p>9. Terceiro governador geral do Brasil (1558-1572)</p> <p>10. Fim trágico de D. Luiz de Vasconcellos (1570)</p> <p>11. Divisão do Brasil em dois governos (1575-1577)</p> <p>12. Quinto governador geral. O Brasil passa para o domínio espanhol (1578-1580)</p>	<p>1. Estado do Brasil em 1580</p> <p>2. Sexto governador geral (1583-1591)</p> <p>3. Sétimo governador geral</p> <p>4. Sucessores de D. Francisco de Souza</p> <p>5. tomada da Bahia pelos holandeses</p> <p>6. Ocupação de Pernambuco pelos holandeses (1630-1654)</p>	<p>1. Expulsão dos holandeses do Brasil</p> <p>2. Governadores gerais que sucederam a Barreto de Menezes</p> <p>3. Expedições dos franceses contra o Rio de Janeiro</p> <p>4. Guerra com os espanhóis; tratado de S. Idefonso (1762-1777)</p> <p>5. Vice-reis do Brasil depois da trasladação da sede do governo geral para o Rio de Janeiro</p> <p>6. Conspiração do Tiradentes</p> <p>7. Vice-reinado do conde de Rezende e de seus sucessores</p>	<p>1. Primeiros atos do príncipe regente</p> <p>2. Guerra no Sul do Brasil; anexação da Banda Oriental (1811-182)</p> <p>3. Revolução de Pernambuco em 1817</p> <p>4. Revolução de Portugal em 1820; seus efeitos no Brasil</p> <p>5. Medidas tomadas pelas cortes de Lisboa a respeito do Brasil</p> <p>6. Independência do Brasil</p>	<p>1. Evacuação do Brasil pelas tropas portuguesas</p> <p>2. Revolução de Pernambuco em 1824</p> <p>3. Separação da Província Cisplatina, que se constitui em estado independente</p> <p>4. Fim do reinado de D. Pedro I; sua abdicação</p>	<p>1. Minoridade de D. Pedro II; regentes do Império</p> <p>2. Proclamação da maioria de D. Pedro II</p> <p>3. Revolução em S. Paulo e Minas Gerais</p> <p>4. Pacificação do Rio Grande do Sul</p> <p>5. Revolução em Pernambuco em 1848</p> <p>6. Guerra contra Rosas em 1851</p> <p>7. Questão inglesa em 1862</p> <p>8. Guerra do Paraguay (1864-1870)</p> <p>9. Fatos posteriores à guerra do Paraguai</p>	<p>1. Governo provisório</p> <p>2. Governo do Marechal Deodoro da Fonseca</p> <p>3. Governo do Marechal Floriano Peixoto</p> <p>4. Governo do Dr. Prudente de Moraes</p> <p>5. Governo do Dr. Campos Salles</p> <p>6. Governo do Dr. Rodrigues Alves</p>

rotas e armistícios que envolvem brasileiros contra estrangeiros e também brasileiros contra os próprios nacionais; e 4. mortes trágicas de personagens que dominam a cena.

Os motores, as justificativas sobre a sucessão dos acontecimentos, não merecem muito espaço no “livrinho” de Lacerda. Aqui e ali, ele deixa vaziar para as crianças a idéia de que a história desenrola-se ao sabor dos vícios, virtudes e humores dos personagens destacados, como: a revolução Pernambucana de 1824 que aconteceu porque o governador Paes Andrade não quis entregar o governo a Francisco Paes Barreto, nomeado pelo Imperador (LACERDA, 1918, p. 98). Quando a ocorrência envolve o coletivo, a resposta pode ser bastante simples: a falta de pagamento da tropa[...]. Para um evento capital, como a Proclamação da República, simplesmente, não há informação sobre causas ou motivações: o fato ocorreu e sem comentários.

Quadro 3. Tipificação das questões formuladas na *Pequena história do Brasil*, de Joaquim Maria de Lacerda

QUESTÃO	OCORRÊNCIA	PORCENTAGEM
Quem (pessoa)	81	18,0%
Qual ação (humana)	76	16,9%
Qual fato (acontecido)	58	12,9%
Qual destino (pessoa ou coisa)	55	12,2%
Como	43	9,6%
Quando	34	7,6%
Por que (causa)	19	4,2%
Sim ou não	18	4,0%
Quem (coisa)	16	3,6%
O que sucedeu (conseqüência)	12	2,7%
Onde	7	1,6%
Qual vantagem (para o Brasil)	6	1,3%
Qual função (da expedição, do homem)	5	1,1%
Qual vitória	3	0,7%
Qual projeto	3	0,7%
Quanto (tempo)	2	0,4%
Outras questões	11	2,2%
Total	449	100%

Como, então, se configura o texto do historiador após eleitas as prioridades, selecionados os recortes temporais, fatos e personagens da história do Brasil? Agora fica bem mais fácil entender o tom monótono da leitura, ou melhor, monótono para o apreciador adulto do século XXI. Não há como fugir às interrogativas clássicas: quem foi, quais foram, que foi, por que foi, como foi, quando, que aconteceu de mais “importante”, “notável”, ou “particular” no governo, período, administração etc., deste ou daquele personagem de renome. Sem dissipar-se da cultura histórica do nosso tempo, o leitor de hoje chega à conclusão de que o texto é eminentemente descritivo e repetitivo. Apesar de

linear e diacrônico, de seguir a ordem lógico-cronológica, o narrador (?) parece estar sempre interrogando os alunos sobre as mesmas coisas: como se chamava? Qual fato aconteceu? Que ação foi providenciada? Qual o desfecho dessa ação humana ou fato histórico? No quadro acima observa-se que as questões que discutem causa e consequência são visivelmente minoritárias e isso nos leva a indagar: estaria o Dr. Lacerda poupando os seus pequenos leitores de um suposto problema cognitivo que eles não poderiam dominar (a compreensão de causas e consequências)?

As respostas para cada questão também são simples e objetivas. De período único, termos dispostos em ordem direta, vocabulário prosaico e rara adjetivação, os textos são ainda construídos sob normas, digamos, eruditas, que não dispensam o uso de sofisticadas com o tempo verbal mais-que-perfeito e o emprego da ênclise. Dessa descrição sumária do texto, portanto, da impressão de excessiva simplicidade, da monotonia provocada pela escrita, somos levados à segunda indagação: e o texto da *Pequena história do Brasil* era mesmo para ser lido? Como fazer uso de um livro cujo conteúdo é administrado em pequenas doses?

### Uma pedagogia para a infância

A hipótese aventada aqui é a de que o livro didático deveria ser lido, mas de um modo particular para o período. O texto poderia ser recitado, quase cantado, como se fazia até há pouco com o estudo da tabuada, nas aulas de aritmética:

Vamos agora estudar a casa do dois: duas vezes dois?

— Quatro!

— Duas vezes três?

— Seis!

— Duas vezes quatro?....

Recitado em sala ou recitado em domicílio do aluno; tomada a lição pelo professor, pelo pai ou pelo irmão mais velho, a musiquinha é o que logo vem à lembrança quando se imagina que tipo de relação mantinham o aluno e o professor com aquele recurso didático. Para a sorte desta pesquisa, o último leitor — que pode ter sido uma professora — deixou marcadas as datas de tomada de boa parte das quarenta e cinco lições: os “Povos indígenas” devem ser estudados em 12 de janeiro de 1922; as “Primeiras explorações da costa”, no dia 15 do mesmo mês; no dia 17 de janeiro, as “Aventuras de Diogo Álvares”, lição esta que abrangia as seguintes questões: “Que naufrágio memorável se deu em 1510” até a “Que acolhimento encontraram eles [Caramuru e Paraguaçu] em França?” Seguindo os vestígios de dona Cacilda Fernandes, que fez as devidas anotações no livro didático,<sup>7</sup> pode-se dizer que o “livrinho” do Dr. Lacerda deveria ser consumido em dois anos e o melhor de tudo (ou o pior, a depender do interesse e do ângulo de quem observa): se examinarmos como a leitora demarcou esta lição sobre Caramuru e outras lições no decorrer dos anos 1922 e 1923, poderemos inferir que essa professora (aluna ou mãe de

<sup>7</sup> O registro autógrafa vem na folha de guarda: “Cacilda Fernandes, Rio, 22-11-1921.”

aluna[...] desconsiderava o “ponto” (a subdivisão do período/capítulo) como unidade de leitura. O que estaria em pauta era não mais que a capacidade de retenção do aluno, medida em número de questões, em quantidade de linhas do texto. Por esse raciocínio, importaria a memorização do texto dentro da seqüência original (lógico-cronológica) prescrita pelo Dr. Lacerda.

### Considerações finais

O que se pode dizer, então, acerca da pedagogia da história sugerida pela obra do Dr. Lacerda, partindo do cruzamento dos indícios tipicamente historiográficos, gráficos, lingüísticos e iconográficos? Três considerações devem ser feitas. Em primeiro lugar, a forma dialogada com que realiza o trabalho do historiador fornece indícios do principal caminho encontrado pelo professor para ministrar a sua aula às crianças daquele início de República: o método socrático, o método dialogado de perguntas e respostas ou o método da interrogação. Registre-se, todavia, que a estratégia do diálogo, não obstante tem sido conservado na memória dos professores como o método professoral por excelência — o velho método, o tradicional, jesuítico, eclesiástico, o socrático — nada guarda em semelhança com o seu ancestral posto em prática na Grécia clássica, tampouco em algumas propostas universitárias do século XXI.<sup>8</sup> Da forma como está configurado na *Pequena História do Brasil*, a estratégia do diálogo pressupõe um texto a ser transmitido pelo professor e memorizado pelo aluno. Parafraseando Sócrates, poder-se-ia dizer que a criança, antes mesmo de começar a lição, já “sabe que nada sabe” e, dificilmente, poderá “parir uma idéia” que não tenha sido objeto prescrito no currículo do primário — o ponto-tese. Isso nos leva ao segundo ponto: a concepção de psicologia educacional.

Se o texto histórico é construído em bases simples, tanto em termos de ordenação, modo explicativo, de vocabulário, pontuação e extensão das frases; se, ainda, esses mesmos textos (dizemos hoje, conteúdos conceituais) são dispostos em indagações capitaneadas pelo professor, pode-se identificar aí o traço mais explícito de uma psicologia fundada na concepção de faculdades mentais, que o ensinar é fazer exercitar as faculdades da criança, notadamente a faculdade da memória. Visto dessa forma, o texto histórico (o trabalho do historiador) distribuído em questões e respostas não é um construto elabora-

---

<sup>8</sup> Para a crítica e orientação da aplicação do método socrático como meio de ensino, ver as duas posições que se seguem: 1. “Na verdade, o método socrático pode ser considerado uma falsa concepção de interesse, ao lado dos métodos atraentes e dos métodos coercitivos. É que falta saber se as perguntas efetuadas no âmbito do método socrático são antes de mais oratórias ou se trata verdadeiramente de pequenos desafios lançados à sagacidade dos alunos. Resta também saber se o aluno tem na verdade o direito de responder. Parece-me que, na esmagadora maioria dos casos, os professores que praticam consciente ou inconscientemente o método socrático pretendem apenas satisfazer as seguintes funções: captar a atenção; retê-la quando esta parece escapar; fazer voltar o silêncio e restabelecer as disciplina; introduzir uma noção ou lembrá-la; fazer com que a criança reflita sobre ela ou mesmo que afixe; pretexto para obter a ‘bela frase completa’.” (LAGOA, 2005, p.1). 2. “Hai que enfatizar que el método socrático no consiste em ‘enseñar’ em el sentido convencional de palabra. El director de la investigación socrática no es el portador de conocimiento, que llena las mentes vacías de alumnos ostentosamente pasivos con hechos y verdades adquiridas a lo largo de estudio. Tal como dirían los miembros de la Facultad de Educación, ‘el profesor socrático no es sabio ubicado em escena’. Em el método socrático, no hay lecciones ni tampoco hay necesidad de memorización. Pero tampoco es el profesor socrático ‘el guía que camina a nuestro lado’, como se pudiera sospechar.” (REICH, 2003, p. 1).

do para posterior memorização/verificação: ele é a própria representação das faculdades mentais, sobretudo, memória, que se encontra em exercício pleno.

A terceira e última consideração, é fruto dessa idéia de como funciona a mente da criança nas três primeiras décadas da República no Rio de Janeiro. Se o método de “ensino” indica a indagação sistemática, sucessiva e cumulativa para pôr a criança em permanente exercício, a idéia de “aprendizagem” que lhe segue é a de que aprender é memorizar. Ao assinalar as datas desconsiderando o “ponto”, a “lição” — a subdivisão do capítulo do livro de Lacerda — a leitora Cacilda Fernandes oferece indícios de que a medida da aprendizagem era dada pela quantidade de respostas retidas pelo aluno, na seqüência lógica fornecida pelo texto. A compreensão histórica — seja na forma de conhecer o pensamento e entender a ação dos homens no passado (Cf. LEE, 2003: 20-21), ou de vivenciar, interpretar e utilizar o passado em sua vida prática (Cf. RUSEN, 1992: 34), como se passou a reivindicar a partir dos anos 1930 — estava muito distante do construtor do manual e, mesmo, do professor de história para as crianças nesse caso em particular. Aqui, o sentido de compreensão estava mais próximo da palavra empatia — nascida no decorrer das lições sobre determinadas ações de destacado personagem.

### Referências

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; KLINKE, Karina. Livros escolares de leitura: uma morfologia (1866/1956). *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 20, p. 27-47, mai./ago. [19—?].

CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história*. 2 ed. México: Fondo de Cultura Economica, 2000.

GUILHERME, Faria. *Pequeno dicionário de editoração*. Fortaleza: Editora da UFS, 1996.

FERNANDES, Ricardo Oriá. É de pequeno que se torce o pepino! *Viriato Corrêa e a educação histórica de nossas crianças*. São Paulo, 2007. Trabalho a ser publicado nos *Anais* do XXIV Simpósio Nacional da ANPUH, São Leopoldo – RS.

LACERDA, Joaquim Maria de. *Pequena história do Brasil por perguntas e respostas para uso da infância brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1918. [Publicado pela primeira vez em 1880].

LAGOA, Sérgio. *Mitos do ensino na filosofia*. Mito 6: Sócrates. Disponível em: <[www.criticanarede.com/fil\\_mitosensino.html](http://www.criticanarede.com/fil_mitosensino.html)>. Acesso em 12 nov. 2005.

LEE, Peter. “Nós fabricamos carros e eles tinham que andar a pé”: compreensão das pessoas do passado. In: BARCA, Isabel (Org.). *Actas das Segundas Jornadas Internacionais de Educação Histórica*. [s.t.]. Universidade Minho, 2003. p. 18-36.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita*. São Paulo: Anhembi, 1957.

MENDONÇA, Manoel Curvello de. *Sergipe republicano e histórico: estudo crítico e histórico*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1896.

MORAES, Marcia Regina Mendes Nunes de. Psicanálise e educação: pensando a relação professor-aluno a partir do conceito de transferência. *Revista de Psicologia*, Santo André, v. 9, n. 10, p. 68-80, jul. / dez. 2004.

MUNAKATA, Kazumi. *Produzindo livros didáticos e paradidáticos*. 1997. ?f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – Nome da Faculdade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Cidade, 1997.

REICH, Rob. *El método socrático: qué es y cómo debe usarse em el aula*. Disponible em: <[www.pucp.edu.pe/cmp/docs/metodo\\_socratico](http://www.pucp.edu.pe/cmp/docs/metodo_socratico)>. Acesso em 12 nov. 2005.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

RODRIGUES, José. A periodização na história do Brasil. In: *Teoria da história do Brasil: introdução metodológica*. 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. p. 125-144.

RUSEN, Jorn. El desarrollo de la competencia narrativa em el aprendizaje histórico. Uma hipótesis ontogenética relativa a la conciencia moral. *Propuesta Educativa*, [s.t.], n. 7, p. 27-36, Out. 1992.

SMITH JÚNIOR, Datus C. *Guia para editoração de livros*. Recife: Editora Universitária da UFPE; Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.

WARDE, Mirian Jorge. Para uma história disciplinar: psicologia, criança e pedagogia. In: FREITAS, Marcos Cesar de (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997. p. 289-310.

Recebido em Fevereiro de 2007  
Aprovado em Abril de 2007